

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul,
CEP 79.826-070.

CNPJ: 07.327.045/0001-14

Demonstrações Contábeis Individuais em 31 de Dezembro de 2025

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Parecer dos Auditores Independentes .

Demonstrações divulgadas em 30/03/2026 no site

<http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.



Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Março de 2026



Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DEZEMBRO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
ATIVO			PASSIVO		
	NE	31/12/2025		NE	31/12/2025
CIRCULANTE		1.638	CIRCULANTE		25
Disponibilidades		23	Depósitos		0
			Outros Depósitos		0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	43			
Títulos de Renda Fixa		43	Outras obrigações	9	25
			Cobrança e arrec. de tributos		7
Operações de crédito	6	1.545	Sociais e Estatutárias		0
Operações de crédito		1.904	Fiscais e Previdenciárias		6
(-)TJEO Diferenciada		-3	Diversas		12
(-)Provisões p/ perdas associadas ao risco de crédito		-356			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.667
Outros créditos	7	27	Capital Social		1.667
Antecipações de Impostos		8	Capital		2.000
Diversos		19	Reserva de Lucros		-333
NÃO CIRCULANTE		54			
Imobilizado	8	54			
Outras Imobilizações de Uso		88			
(-) Depreciações Acumuladas		-34			
TOTAL DO ATIVO		1.692	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado			
	NE	01/07 a 12/2025	01/01 a 12/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>223</u>	<u>492</u>
Operações de crédito		174	415
Resultado com operações títulos e valores mobiliários/Interfinanceiras		7	12
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		42	65
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>0</u>	<u>-89</u>
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		0	-89
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		<u>223</u>	<u>403</u>
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-383</u>	<u>-623</u>
Rendas de tarifas bancárias		12	36
Despesas de pessoal	12	-83	-143
Outras despesas administrativas	11	-128	-279
Despesas tributárias	13	-16	-42
Outras despesas operacionais		-168	-195
RESULTADO OPERACIONAL		<u>-160</u>	<u>-220</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>-41</u>	<u>-43</u>
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		<u>-201</u>	<u>-263</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>2</u>	<u>0</u>
Provisão para imposto de renda		1	0
Provisão para contribuição social		1	0
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>-199</u>	<u>-263</u>
Lucro por ação		(0,1194)	(0,1578)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.			

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>		
	01/07 a 12/2025	01/01 a 12/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-199</u>	<u>-263</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	-15
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-199</u>	<u>-278</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 30 de Junho de 2025	2.000	-	-	-	-	(134)	1.866
1 - Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(199)	(199)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.000	-	-	-	-	(333)	1.667
Mutações do Exercício	-	-	-	-	-	(199)	(199)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Ajustes de Valor Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais				
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	2.000	-	-	-	-	(53)	1.947
1 - Ajustes de Períodos Anteriores/4966	-	-	-	-	-	(15)	(15)
2 - Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
3 - Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	-	-	-	-	-	(265)	(265)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	2.000	-	-	-	-	(333)	1.667
Mutações do Exercício	-	-	-	-	-	(280)	(280)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO S.A.
CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	07/2025 A 12/2025	01/2025 A 12/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-199	-263
1.2 Ajustes por Depreciação	9	-248
1.3 Ajustes por Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	201	305
	-34	-98
2. Variação de Ativos e Obrigações		
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-42	97
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	4	-169
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-7	-10
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	2	5
2.7 Aumento (Redução) Diversos	9	-21
	-23	-304
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais		
	0	274
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento		
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	274
	0	-15
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento		
5.5 Ajuste 4.966	0	-15
	-23	-45
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa		
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	46	68
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	23	23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DO SEMESTRE FINDO EM 31 de DEZEMBRO DE 2025 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., constituída em 14 de abril de 2005, autorizada a companhia tem como objeto social a prática de (i) operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio; (ii) prestação de serviços de análise de crédito de cobrança.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução vigente estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., avaliou os eventos subsequentes até o dia 02 de março de 2026, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre e exercício a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela nas normas vigentes..

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela norma vigente e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

j) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966

a. Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b. Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.
- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c. Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d. Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e. Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f. Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;
- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g. Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h. Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i. Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários reconhecidos por **Custo Amortizado** seguem a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	43
Certificado de Depósito Bancário	43

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Valores em reais

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

- a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte:

31/12/2025

Operações de Crédito	Circulante	Longo Prazo	Total
Capital de Giro	1.825	0	1.825
Direitos Creditórios Descontados	79	0	79
Saldo Contratual	1.904	0	1.904
(-) RD - TJEO Diferenciada	3	0	3
(-) Receita a Apropriar	3	0	3
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	176	0	176
(-) Provisão Adicional	180	0	180
(-) Provisão de Perdas	356	0	356
Saldo Contábil Líquido	1.545	0	1.545
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte:

	31/12/2025
Composição de Carteira de Operações de Crédito	1.545
Empréstimos	1.478
Capital de Giro	1.478
Direitos Creditórios Descontados	67
Direitos Creditórios Descontados	67

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte:

	31/12/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	1.901
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	1.588
Empréstimos e Direitos Creditórios	1.588
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	313
Empréstimos e Direitos Creditórios	313

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte:

	31/12/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	1.901
Carteira C3	78
Não Problemáticos	57
De 0 a 14 dias de atraso	57
Problemáticos Adimplidos	21
De 0 a 90 dias de atraso	21
Carteira C5	1.823
Não Problemáticos	1.531
De 0 a 14 dias de atraso	1.164
De 15 a 30 dias de atraso	14
De 61 a 90 dias de atraso	353
Problemáticos Adimplidos	3
De 0 a 90 dias de atraso	3
Problemáticos Inadimplidos	288
Inadimplido – período igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	163
Inadimplido – período igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	17
Inadimplido – período igual ou maior que 4 e menor que 5 meses	75
Inadimplido – período igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	33

7. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de outros créditos diversos é composto da seguinte forma:

	31/12/2025
Diversos	27
Antecipação de Impostos	8
Devedores Diversos	19

8. IMOBILIZADO

O ativo permanente da instituição é composto por Móveis e Equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a. e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a.

	<u>31/12/2025</u>
Imobilizado	54
Veículos	88
(-) Depreciações Acumuladas	-34

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	<u>31/12/2025</u>
Outras Obrigações	25
Cobrança e Arrecadação de Tributos	7
Fiscais e Previdenciárias	6
Credores Diversos País	12

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em reais

Capital Social

O capital social ao final de 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 2.000.000,00.

Prejuízos Acumulados

A Instituição apurou prejuízo de R\$ 199.048,07 no semestre vigente, ficando com um saldo final de prejuízos acumulados de R\$ 332.689,51.

11. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Segue a composição das Outras Despesas Administrativas;

	<u>07/12 a 12/2025</u>	<u>01/12 a 12/2025</u>
Outras Despesas Administrativas	128	279

Comunicações	2	5
Despesas de Materiais	5	5
Processamento de Dados	29	50
Seguros	0	2
Serviços do Sistema Financeiro	3	5
Serviços de Terceiros	22	46
Serviços Técnicos Especializados	41	109
Outras Despesas Administrativas	26	57

12. DESPESAS DE PESSOAL

Segue a composição das Despesas de Pessoal;

	07/2025 a 12/2025	01/2025 a 31/12/2025
Despesas de Pessoal	83	143
Proventos	39	71
Encargos	20	39
Benefícios	24	34

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Segue a composição das Despesas Tributária;

	07/2025 a 12/2025	01/2025 a 31/12/2025
Despesas Tributárias	16	42
COFINS	5	16
PIS	6	8
Tributos e Taxas	5	18

14. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de

“funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

15. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

Valores em reais

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma vigente. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 111,13% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de dezembro 2025 em R\$ 1.667.310,49.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31/12/2025 foi autorizada pelos sócios da Corpore Sociedade de Crédito Direto S.A., em 02 março de 2026.



**AUDITORES
INDEPENDENTES**

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO
DIRETO S.A.

31 de dezembro de 2025



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da
CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.(Companhia)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CORPORE SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2024

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo emitido relatório sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 30 de março de 2026.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

Assinado digitalmente por GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904
ND: C=BR, CN=GUILHERME LUIS
SILVA:81246749904, O=ICP-Brasil, OU=AC
Instituto Fenacon RFB
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.03.30 10:12:43-03'00"
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

GUILHERME LUIS
SILVA:812467499
04

Guilherme Luis Silva

Socio Diretor

Contador CRC/SC 19.408/O-2



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE